



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1014129-85.2016.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Monitória - Espécies de Contratos**  
Requerente: **Banco Bradesco S/A**  
Requerido: **Estatec Fundações Eireli e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

Vistos.

Cuida-se de ação monitória ajuizada por BANCO BRADESCO S/A em face de ESTATEC FUNDAÇÕES EIRELI e PAULO ROBERTO CIARLO, fundada em contrato de desconto de duplicatas físicas e escriturais, cheques e antecipação de direitos creditórios. Segundo o autor, uma duplicata não foi liquidada pela ré, deixando de manter saldo suficiente na conta corrente para a cobertura da duplicata, conforme determina o item "a" do mencionado contrato de desconto. Requer a condenação dos réus ao pagamento da quantia de R\$ 111.864,30, de acordo com o demonstrativo de débito.

Os réus apresentaram embargos monitórios de fls. 37/45, requerendo a improcedência do pedido. Sustentam, em síntese:

a) falta de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, uma vez que o autor não instruiu a inicial com o comprovante do crédito e da prova do não pagamento da duplicata descontada, limitando-se em exibir o borderô de desconto, anexo da relação

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

de títulos, demonstrativo do débito, nada explicando sobre a efetiva cobrança e não pagamento da duplicata descontada, tendo como sacada a empresa MD CE THEBERGE;

b) o negócio de desconto havido entre os demandantes produz, dentre outros efeitos, a transferência cambial do título negociado com o banco descontante – endosso translativo, não se sabendo, seguramente, se o título foi efetivamente cobrado e não liquidado, o que implica na falta de interesse de agir;

c) é indispensável a juntada da duplicata não paga ou a prova do respectivo inadimplemento, a fim de se comprovar se o banco credor não está incorrendo em locupletamento ilícito;

d) o mandado monitório reveste-se de enriquecimento sem causa, uma vez que não demonstrado o não pagamento da duplicata descontada, uma vez que o embargado permanece na posse do título que lhe foi transferido, figurando como endossatário do correlato direito cambiário em seus ativos e, cumulativamente, busca a cobrança do endossante, ora embargante;

e) competia ao banco embargado não só explicar a precisamente a origem da pretensa dívida, trazendo aos autos os documentos necessários, como também ceder os direitos do título supostamente impado aos embargantes;

f) abusiva a cláusula 4.4.5 que prevê a dispensa de protesto ao exercício do direito de regresso, sendo imprescindível o protesto do título objeto de desconto.

O embargado apresentou impugnação de fls. 52/58, instruindo-a com a duplicata digitalizada descontada e não paga.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O embargado trouxe aos autos o extrato da conta corrente da embargante (fls. 63).

Decisão de fls. 64 determinou a intimação dos embargantes acerca do documento juntado a fls. 63.

Os embargantes manifestaram-se a fls. 67/71.

É uma síntese do necessário.

Fundamento e Decido.

Possível o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, I, do NCPC, tratando-se de matéria de direito.

De início, afasto a preliminar de falta de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo por ausência de documentos, uma vez que o autor embargado instruiu o feito com a duplicata a fls. 56/60 e com o extrato da conta corrente a fls. 63.

O embargado instruiu a inicial o borderô de desconto de fls. 20, sendo possível constatar que se refere ao contrato 2015009959526, tendo como sacado MD THEBERGE CONSTRUÇÃO.

Pelo extrato da conta corrente colacionado a fls. 63, é possível verificar que houve o depósito na conta corrente da embargante, em 25/06/2015, da quantia de R\$ 84.942,14, referente ao título 9959526, objeto do contrato de fls. 20.

Assim, não resta dúvidas de que a embargante recebeu o valor da duplicata descontada pela instituição financeira embargada.

Não há como exigir que o embargado faça prova negativa do não recebimento do título, uma vez que não poderia comprovar que não recebeu o valor constante da duplicata.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Assim sendo, não há que se falar em falta de interesse de agir por parte do embargado.

A alegada falta de cessão dos direitos do título aos embargantes não prospera, uma vez que ao satisfazer a sua obrigação nestes autos, poderão os embargantes valer-se dos meios necessários para o recebimento de seu futuro crédito.

Não há qualquer abusividade na cláusula 4.4.5 que prevê a dispensa de protesto ao exercício do direito de regresso, não sendo, portanto, imprescindível o protesto do título objeto de desconto.

Nesse sentido: "Embargos à execução de título extrajudicial. Contrato de desconto de duplicatas. Legitimidade de parte. A coembargante Fernanda participou do contrato na posição de devedora solidária, e, portanto, ostenta legitimidade para figurar no polo passivo da ação de execução. Título executivo. A inicial da ação de execução veio instruída com o título executivo, com a lista das duplicatas descontadas, com as três duplicatas inadimplidas e com a memória de cálculos de evolução do débito exequendo. É quanto basta para concluir que o título espelha obrigação líquida, certa e exigível. Duplicatas inadimplidas. Desnecessidade de comprovação do esgotamento das tentativas de cobrança do crédito em face dos sacados. Contrato que estabeleceu solidariedade entre eles e a descontária, bem como a dispensa do protesto para o exercício do direito de regresso. **O título que aparelha a execução prevê que os embargantes respondem pelo pagamento dos títulos não liquidados. Consta, ainda, a desnecessidade de protesto para fins do exercício do direito de regresso.** Outrossim, o art. 25 da Lei nº 5.474/68 prevê que se aplica às duplicatas a legislação sobre emissão, circulação e pagamento das letras de câmbio, e o


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**4ª VARA CÍVEL**
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

art. 46 da Lei Uniforme permite cláusula que preveja a desnecessidade de protesto para o direito de regresso. Daí se extrai que o embargado estava dispensado de comprovar o esgotamento das tentativas de recebimento dos créditos em face dos sacados. Taxa de juros. Abusividade não demonstrada. A taxa de juros pactuada, a priori, não se revela abusiva. E, por não se mostrarem exagerados, ictu oculi, cumpria aos embargantes demonstrar a extravagante divergência entre a taxa cobrada pelo embargado e a média praticada no mercado, à luz do disposto na súmula 382 da Corte Superior. Desse ônus, porém, não se desincumbiu. Capitalização de juros expressamente pactuada. Possibilidade. É admitida a capitalização de juros, inclusive em periodicidade inferior a anual, nos contratos de mútuo bancário, desde que pactuada nos contratos bancários celebrados após 31 de março de 2000. Comissão de permanência. Ausência de previsão contratual e de cobrança. O contrato não previu a cobrança de comissão de permanência, e a ausência de pactuação é refletida na planilha de cálculos, onde não se vê sua cobrança. Excesso de execução. Houve excesso de execução, pois o embargado não abateu os valores depositados a seu favor pelos embargantes, no valor de R\$7.390,00, que deve ser abatido do débito exequendo e atualizado desde a data do desembolso. Apelação provida (Apelação 4013728-96.2013.8.26.0224 Relator(a): Sandra Galhardo Esteves; Comarca: Guarulhos; Órgão julgador: 12ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 24/05/2016; Data de registro: 24/05/2016)."

De rigor, portanto, a rejeição dos embargos.

Diante do exposto, acolho o pedido inicial, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, constituindo de pleno direito o título executivo judicial no valor de R\$ 111.864,30,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

convertendo o mandado inicial em mandado executivo, com atualização monetária e juros de mora devidos a partir da data da elaboração do demonstrativo de débitos de fls. 21. Sucumbentes, condeno os embargantes ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% do valor da condenação.

Prossiga-se na forma prevista no Livro I da Parte Especial, Título II, Capítulo III, do Código de Processo Civil.

São Carlos, 08 de junho de 2017.

Juiz(a) **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**